

**A DESCONSTRUÇÃO DA  
DOCTRINA DO  
DESENVOLVIMENTO  
NO ESPÍRITO SANTO -  
BRASIL**

**THE  
DECONSTRUCTION OF  
DEVELOPMENT  
DOCTRINE IN  
ESPÍRITO SANTO -  
BRASIL**

**LA DECONSTRUCCIÓN  
DE LA DOCTRINA DEL  
DESARROLLO EN EL  
ESPÍRITO SANTO -  
BRASIL**

**PAULO CÉSAR SCARIM**

**UFES**

**pauloscarim@hotmail.com**

**Resumo:** Este trabalho busca resgatar a institucionalização do desenvolvimento. O *desenvolvimento* baseado na predominância de um único sistema de conhecimento expandiu a marginalização e a desqualificação de outros sistemas de conhecimento, a partir dos quais seria possível encontrar racionalidades alternativas às formas de conhecimentos economicistas e reducionistas. Várias versões locais do *desenvolvimento* foram criadas, a do Espírito Santo (Brasil) foi uma delas. Buscamos neste trabalho demonstrar, por meio do exame das formas, a partir das quais se instalou o *desenvolvimentismo*, os limites existentes para este projeto, enfocando as ações coletivas dos movimentos sociais, representando a alteridade, possibilitando, assim, enxergar a insurreição discursiva.

**Summary:** This paper tries to rescue the development institutionalization. The development based on the predominance of a single system of knowledge spread the marginalization and disqualification of other knowledge systems, from which it would be possible to find alternative forms of rationalities knowledge economicist and reductionist. Many local versions of the development were created, as the Espírito Santo's (Brazil) version. This work aims to demonstrate, through an examination of forms, from which he settled developmentalism, the limits existing for this project, focusing on the collective actions of social movements, representing the otherness, and thus make seeing the insurgency discourse.

**Resumen:** Este trabajo trata de rescatar la institucionalización del desarrollo. El desarrollo basado en el predominio de un sistema único de difundir el conocimiento ha expandido la marginación y la descalificación de otros sistemas de conocimiento, de la que sería posible encontrar racionalidades alternativas a las formas de conocimiento economicista y reduccionista. Diversas versiones locales del desarrollo fueron creados, el del Espírito Santo (Brasil) fue uno. Este trabajo pretende demostrar, mediante un estudio de las formas, de la cual se estableció el "desarrollismo", los límites existentes para este proyecto, centrado en las acciones colectivas de los movimientos sociales, en representación de la alteridad, y así hacer ver la insurgencia discursiva.

## 1- INTRODUÇÃO

Desconstruir o Desenvolvimento é um desafio, ou uma necessidade vital como argumenta Orlando Fals Borba na introdução ao livro de Arturo Escobar, **La Invención del Tercer Mundo** (1996). Escobar produz uma obra fundamental, pois descortina a construção do Desenvolvimento, ou seja, daquela ideologia que encontrou conjuntura propícia no período após a Segunda Guerra Mundial, tendo a doutrina Truman como o centro e a O.N.U como instrumento principal de propagação do modelo das sociedades *avanzadas* da época, baseado na urbanização e industrialização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção e aceitação dos valores *modernos*, da sociedade produtora e do consumo de mercadorias. Os principais componentes dessa ideologia eram o capital, a ciência e a tecnologia.

Esta *doutrina* propagava a necessidade de reestruturação das sociedades agora localizadas, cartografadas e hierarquizadas como subdesenvolvidas nas quais saberes deveriam ser erradicados, instituições desintegradas e modos de vida transformados, pois vistos como obstáculos ao *progreso económico*. O debate em torno da natureza deste desenvolvimento vai dominar o eixo das discussões no agora denominado *terceiro mundo* nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Mais que sua formulação, o que chama à atenção é a forma de aceitação e implementação desta doutrina na Ásia, África e na América Latina, pois a crítica ficou muito em torno do tipo de *desenvolvimento* e menos sobre as incertezas acerca desta doutrina.

A realidade, como lembra Escobar (1996), foi colonizada pelo discurso do *desenvolvimento*, que se converteu em certeza para o imaginário social, dominando o espaço discursivo da época. Transformado num novo campo do pensamento e da experiência, o *desenvolvimento* constituiu-se também nas próprias estratégias para o enfrentamento dos obstáculos ao mesmo, ou seja, em estratégias para interromper historicidades. Parte da estratégia era discursiva (*colonialista*), para a qual o *terceiro mundo* caracterizava-se apenas pela fome, analfabetismo e impotência, necessitando, portanto, da ajuda dos países ocidentais do norte.

Escobar fala do *desenvolvimento* como uma experiência, historicamente singular, caracterizada por criar um domínio do pensamento e da ação, definido por formas de pensamento através do qual ganha existência (objetos, conceitos e teorias), por um sistema de poder que regula a prática e por formas de subjetividade fomentada por este discurso (reconhecimento). Esta formação discursiva dá origem a todo um aparato eficiente que relaciona formas de conhecimento com as técnicas de poder.

Se por um lado, Escobar procura mostrar o estabelecimento, a construção e a consolidação do desenvolvimento e o recorrente subdesenvolvimento e como, a partir daí, se estrutura o aparato de conhecimento e poder, por outro, procurou dar visibilidade às cartografias de resistências, aos mapas conceituais das experiências *terceiro mundistas* e às categorias com as quais se viram obrigadas a resistir.

Numa perspectiva desconstrutivista o autor busca expor a imagem do *terceiro mundo* e identificar as *palavras* do discurso do desenvolvimento (e seu caráter arbitrário): mercado, planejamento, população, meio ambiente, produção, igualdade, participação, necessidade e pobreza.

O *desenvolvimento* baseado na predominância de um único sistema de conhecimento dilatou a marginalização e a desqualificação de outros sistemas de conhecimento, a partir dos quais seria possível encontrar racionalidades alternativas às formas de conhecimentos economicistas e reducionistas.

Várias versões locais do *desenvolvimento* foram criadas, a do Espírito Santo foi uma delas. Buscamos neste trabalho demonstrar, por meio do exame das formas, a partir das quais se instalou o *desenvolvimentismo*, os limites existentes para este projeto, enfocando as ações coletivas dos movimentos sociais, representando a alteridade, possibilitando, assim, enxergar a insurreição discursiva.

## 2- O DESENVOLVIMENTISMO NO ESPÍRITO SANTO

Em um primeiro momento cabe desnudar a economia do *desenvolvimento* – seu elemento mais influente – e o papel dos modeladores que, por meio de um conjunto de técnicas racionais (planejamento, medição, valoração, conhecimentos profissionais e práticas institucionais), organiza a produção das formas de conhecimento e dos tipos de poder. Partiremos, portanto, da forma local do desenvolvimento, seus atores e seus discursos.

Na análise econômica recorrente no período desenvolvimentista - focada nos elementos do movimento do capital - o Espírito Santo aparece como região periférica ou de desenvolvimento industrial incompleto. Recuperados os impactos da Segunda Guerra Mundial, uma nova divisão mundial do trabalho passa a ser delineada na conjuntura geopolítica da Guerra Fria. A concentração do capital, a formação de grandes conglomerados econômicos e a ampliação da escala de produção e consumo são marcas importantes deste período. Existem muitas outras.

Estas transformações das economias dos países *desenvolvidos* passam a exigir esforços modernizadores das economias *subdesenvolvidas*, no sentido de aliar o aparato estatal ao capital internacional e nacional. A criação da Cepal em 1948, do BNDE em 1952 e da SUDENE em 1959 foram elementos da institucionalização do *desenvolvimento* na América Latina e no Brasil.

No Brasil estas transformações provocaram a internalização das dinâmicas internacionais e a internacionalização do capital, o que provocou reassentamentos políticos entre as forças dominantes tradicionais e os propulsores da industrialização-urbanização. A centralização política, as mudanças nas leis e os planos de desenvolvimento são aspectos cruciais nesta reorganização político-institucional.

A concepção hierárquica e classificatória da visão de mundo centrada no modelo ocidental-moderno produziu a hierarquização regional, tendo como pano de fundo *dois brasis*, o moderno e o arcaico. A internalização da visão *cepalina* e o *Plano de Metas* (1950-1955) são saídas apresentadas ao suposto atraso das regiões periféricas. Impõem, para tanto, a aplicação de investimentos em infraestrutura de energia e transporte, a integração dependente entre centro e periferia e a substituição das importações. A inserção das regiões periféricas se dará, dentro desta divisão espacial do trabalho e da lógica do capital, como área complementar e de possibilidades limitadas. O Espírito Santo, mesmo fazendo parte da região Sudeste, região moderna-industrial, portanto, não apresentando os níveis de industrialização característicos das regiões centrais foi localizado na periferia desta região, o “Nordeste do Sudeste”, como normalmente passa a ser caracterizado a partir deste contexto de criação das grandes regiões brasileiras (a partir da década de 1940) e do desenvolvimentismo brasileiro (a partir da década de 1950).

Esta percepção do *atraso* produz também uma leitura interna ao solo capixaba de seu presente e de seu passado, como também das possibilidades futuras. Quanto ao passado, o *atraso* transparece como isolamento colonial, ocupação predominantemente litorânea e reconhecimento das barreiras *naturais* e institucionais à dominação do solo. O modelo agroexportador baseado em ciclos de monoculturas passa a ser visto como forma-conteúdo do *atraso*.

A palavra-chave deste *discurso* foi **crise do café**. O comércio do café, principal produto exportador, era controlado por grandes mercadores sediados, principalmente, no Rio de Janeiro. Com o aumento da produção e a queda do preço, na década de 1950, as condições para a realização do capital estavam se estreitando. As unidades agrícolas capixabas, principalmente as produtoras de café, eram em sua maioria familiares, com pouco trabalho assalariado e pouco consumo, porque autosuficientes, e foram identificadas como a causa do atraso.

A busca, neste trabalho, da compreensão das territorialidades na formação do espaço agrário capixaba revelou um complexo de conflitos demarcados temporalmente por um acúmulo desigual, no território, das experiências de resistências às tentativas de desterritorialização.

Este processo de acúmulo, por sua vez, foi se configurando por rupturas nas formas

e dinâmicas territoriais definindo padrões diferenciados de conflitividade que nos permitiram periodizar este processo em quatro lógicas diferenciadas: a colonial, a moderna colonial, a desenvolvimentista moderna colonial e a global desenvolvimentista moderna colonial.

Para se implantar no estado do Espírito Santo, a ideologia desenvolvimentista necessitou produzir uma versão sobre a história, uma concepção sobre o real e uma visão sobre o futuro.

Na versão sobre a história, construiu a tese sobre o vazio demográfico, sob a lógica de que a colonização-modernização foi um processo constante de ocupação de terras de ninguém, provocando intencionalmente a invisibilidade e a subalternização de ambientes e povos.

Quanto à concepção sobre o real - que se constitui parte e reforço da tese do vazio demográfico - a expansão de áreas subalternizadas deram-se pelo critério da desqualificação das áreas como atrasadas e subdesenvolvidas, num processo autoritário de desagregação da pequena agricultura familiar e de liberação de áreas para outros usos considerados mais modernos e racionais.

A visão sobre o futuro busca, a partir da desqualificação e da deslegitimação do conhecimento popular, apoiada no domínio da ciência e da técnica, ordenar o futuro. Para tanto, a razão como única alternativa à saída da crise é apresentada a partir do domínio da razão, escamoteando a defesa radical dos interesses da industrialização.

Buscamos analisar os documentos e estudos da época que institucionalizaram a ideologia do desenvolvimentismo e os modos como esta ideologia se propagou atingindo trabalhos acadêmicos da época e também de décadas posteriores. Buscaremos, na análise, expor as ideias fortes e palavras chaves desta construção ideológica.

Antes, porém, foi necessário entendermos o contexto na qual estas concepções foram implementadas e quais foram os sujeitos e intencionalidades que nortearam a elaboração do ideário do **desenvolvimento**.

Resumidamente o fortalecimento de Vitória, com seus portos e ferrovias, como centro exportador de café e minérios, ainda no final da década de 1950, acelerando o comércio urbano, vai provocar também transformações nas políticas e nos interesses públicos e privados no estado a partir dos governos de Jones dos Santos Neves (1951- 54) e seus interesses industrializantes; de Francisco Lacerda de Aguiar (1955- 58) e os interesses mercantis exportadores e de Carlos Lindenberg, a partir de 1959, com os interesses agromercantis. A criação das Federações, do Comércio em 1954 e da Indústria em 1958, reforça esta conjuntura.

É neste contexto que a **Federação das Indústrias do Espírito Santo** – FINDES – começa sua atuação, procurando influenciar nas políticas públicas no estado. E, também, o debate sobre o desenvolvimento do estado ganha notoriedade pública.

As primeiras iniciativas da FINDES já demonstram as perspectivas de sua atuação no momento em que cria um conselho técnico e realiza um levantamento geoeconômico do estado. Do conselho técnico faziam parte personagens que posteriormente vão assumir importantes posições no governo estadual, grandes empresas e em setores diversos da sociedade capixaba, entre eles Arthur Carlos Gerhardt Santos. A criação do Conselho Técnico da Federação das Indústrias vai transformar a FINDES em órgão auxiliar dos poderes públicos, no que tange aos problemas industriais. Contribuíram para esta efetivação a realização de diversos eventos, seminários, documentos, estudos e intervenções diretas na pauta política e economia local.

A criação da SUDENE, em 1959, influencia significativamente tais iniciativas, pois o Espírito Santo, ao ser excluído destes projetos, passa a reivindicar políticas de atração de investimentos e de isenção fiscal, levando o governo local a criar um Grupo de Trabalho – GT, formado pelos representantes das indústrias e das finanças locais, prefeituras e governos estadual e federal. A este GT coube a incumbência de elaborar estudos visando planos de desenvolvimento para o estado. Diante da “*crise*” financeira que o estado atravessava com a economia “*presa*” ao café, buscou-se influenciar os líderes locais para libertar o estado desta “*monocultura*” a partir do fomento à industrialização. Através de subgrupos e de seminários regionais, medidas foram elaboradas para incentivar a industrialização, ampa-

rar a agricultura e institucionalizar o planejamento.

É possível perceber as mudanças nos discursos oficiais nos anos de 1960 e 1961, fortalecendo a visão da promoção do desenvolvimento, visíveis nas articulações para a mudança da sede da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – para Vitória e com a construção do Porto de Tubarão em Vitória. Assim os discursos oficiais passam, cada vez mais, a ter uma perspectiva industrializante e de crítica ao isolamento do estado. Diversos documentos deste período começam a ressaltar o “problema do café”

Em 1961, como um dos resultados destes esforços, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico – CODEC, que funcionaria como orientador do governo. Mas as medidas sugeridas pelo conselho, na época, não eram aprovadas pela Assembleia Legislativa, constituída na sua maioria por representantes do setor agromercantil que aprova apenas tímidas medidas de isenção fiscal.

Em 1962, o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura – GERCA<sup>1</sup> – elaborou um plano com o objetivo de reduzir a produção cafeeira. Os resultados não foram tão expressivos como o esperado.

Francisco Lacerda de Aguiar volta ao governo do estado em 1963 e, com ele, a agricultura volta a ser prioridade nos discursos governistas. Algumas medidas são conduzidas neste sentido através do “Plano de Industrialização Rural”, do “Plano Educacional Emergencial”, do estímulo ao processamento de produtos agrícolas tradicionais e ao associativismo de pequenos empreendimentos rurais. Além disso, fortalece a “Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo” – ACARES<sup>2</sup> – e a assistência rural, que acabaria assumindo o poder político antes conferido aos representantes da FINDES. A criação da Secretaria de Planejamento reduz o poder de intervenção da FINDES.

Em 1964, a FINDES propõe a criação da “Comissão de Desenvolvimento do Meio Leste” – COMLESTE – que serviria para atração de investimentos. Propõe também a extensão da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE – para a área ao norte do Rio Doce, ambas propostas negadas pelo governo federal.

A partir do Golpe Militar de 1964, institui-se a centralização do poder e das decisões, o crescimento econômico com a política macroeconômica expansionista, e a promoção de investimentos privados através de incentivos fiscais e de linhas de financiamento diretos com taxas de juros subsidiadas.

Em 1965, devido a várias pressões locais e federais, o governador Francisco Lacerda de Aguiar renuncia e em seu lugar assume o vice-governador Rubens Rangel, articulado aos interesses das bases industrializantes. Neste governo interino, ganha força a Secretaria de Planejamento e o CODEC. Este último passa a ser presidido por Arthur Carlos Gerhardt Santos que, na época, era do quadro técnico da FINDES, após passar por seis meses de estudos nos EUA.

A Reforma Tributária promovida pelo governo federal que se efetivou nos anos de 1966 e 1967, fortalece a centralização do poder, premiando a capacidade de articulação de interesses regionais de cada unidade federativa junto ao poder central e, com a criação de instituições e instrumentos locais de fomento, promove a corrida por recursos federais.

Christiano Dias Lopes Filho, que governou de 1967 a 1970 – primeiro governador indicado pelo regime militar –, monta um quadro “técnico” a partir do Grupo de Trabalho constituído no governo anterior por Arthur Carlos Gerhardt Santos, Lélío Rodrigues, Manuel Martins, mais assessores de fora do estado. Ao mesmo tempo vive-se o momento de um governo federal com centralização em Brasília e do recrudescimento do autoritarismo e da violência. É neste contexto que as comunidades indígenas e quilombolas sofrem um dos processos mais rápidos e violento de desterritorialização para plantio de monoculturas de árvores de eucalipto.

A influência da FINDES aumenta com Christiano Dias Lopes Filho, o que é visível

---

<sup>1</sup> O Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura – Gerca, foi criado pelo governo federal em 1961.

<sup>2</sup> Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo, ACARES, foi criada em 1956 e viria a se desdobrar na EMATER e na INCAPER.

no seu plano de governo que foi baseado no “Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo”, documento elaborado pela FINDES em 1966. É significativo dizer que este pode ser entendido como um “governo da FINDES”. No entanto, o fato é que Christiano Dias Lopes Filho foi o primeiro representante que não pertencia ao setor agrofundiário do Espírito Santo. Além disso, a Federação das Indústrias teve participação ativa neste governo e em vários conselhos estratégicos tais como a SUPPIN - Superintendência de Polarização de Projetos Industriais, a CODEC - Conselho de Desenvolvimento Econômico, entre outros, e diversos quadros da FINDES ocupavam cargos nos escalões importantes da máquina administrativa.

Em 1967 é realizada uma reforma administrativa visando maior intervenção do Estado na economia, com discurso da racionalização e do desenvolvimento. A máxima veiculada era a de que a industrialização seria o único meio possível para isso. Assim, as bandeiras da Federação das Indústrias, como a conquista de incentivos fiscais, a da criação de um banco de desenvolvimento e de um centro industrial, são assumidas pelo governo estadual.

**O Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo**, de 1966, elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico – INED – e financiado pela FINDES, com a participação de José Artur Rios e João Paulo Magalhães, serviu de base para o plano de metas e para o discurso de posse de Christiano Dias Lopes Filho. O “diagnóstico” propõe o planejamento como instrumento através do qual o Estado criaria mecanismos de indução do desenvolvimento criando um complexo industrial, já que as atividades tradicionais, café, cacau e madeira, já não ofereciam perspectivas animadoras, pois foram considerados esgotados seus potenciais produtivos.

Diante dos resultados inexpressivos do plano de erradicação dos cafezais, elaborado pelo GERCA em 1962, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o GERCA estabelecem, para o período de 1966/1967, o segundo programa de erradicação, disponibilizando uma indenização considerada alta para o momento. Os resultados desta vez superaram as expectativas. Este programa acabou possibilitando o estímulo e a liberação de mão de obra para as atividades que, na época, demonstraram capacidade de crescimento para os anos subsequentes, tais como a construção civil, a pecuária e o “*setor florestal*”.

Jones dos Santos Neves assume a direção da FINDES em 1968, permanecendo até 1977. Elabora um plano com 22 pontos dentre os quais constam a criação e atuação de sindicatos empresariais; a articulação com a CVRD; maior articulação, ação e representação nos órgãos governamentais e no planejamento estadual; criação de um centro industrial; revisão da balança comercial; atração de investimentos.

Em 1968 com a realização do “Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo”, com a presença do Presidente Costa e Silva, esta articulação da FINDES buscou a concessão de incentivos fiscais, efetivada em 1969 com a transformação da CODES no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – o BANDES, com empréstimos via Banco Nacional de Desenvolvimento – BND. Arthur Carlos Gerhardt Santos assumiu a presidência do banco até ser nomeado governador. Em 1969, este sistema se fortalece com a criação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo – FUNRES, gerido pelo Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo – GERES –, com captação de recursos das renúncias de 33,3% do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas residentes na região capixaba em 1966.

A força da FINDES, neste contexto, pode ser atestada pela conquista de fornecimento de energia com a criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA; a criação do Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES; a criação de mecanismos de incentivos fiscais para projetos industriais e agropecuários; de benefícios fiscais para a compra de máquinas e equipamentos; a criação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT), em 1969; soma-se também a criação, em 1971, da Superintendência de Polarização de Projetos Industriais (SUPPIN) e da Coordenação de Planejamento Industrial (COPLAN), órgãos com participação direta da Federação das Indústrias. Estes elementos demonstram a força da FINDES neste contexto. A criação em 1969, do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), marca, também, este surto industrializante: obras de infraestrutura nas estradas, construção de hidrelétricas, construção de usinas de pelotização e o apoio às

políticas de “reflorestamento”.<sup>3</sup>

Em 1968, a federação das indústrias elabora o documento “O Espírito Santo como Periferia de Dois Pólos”, no qual, a partir da análise da grave crise econômica do estado, busca a extensão da SUDENE para a zona ao norte do Rio Doce, considerada uma zona geoeconômica bem definida, num estado pobre entre vizinhos ricos que teria sofrido um golpe devastador com a erradicação do café. Estas ações derivam no “Plano de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo (1968)”. Ao final do governo de Christiano Dias Lopes Filho várias metas do plano da FINDES obtiveram êxito.

No governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), também sob a força da ditadura militar, a FINDES buscou consolidar suas conquistas anteriores e abrir novos espaços para a iniciativa privada com a criação do Fórum de Desenvolvimento Empresarial, entre outras iniciativas; a mesma exerceu bastante influência na elaboração do I Plano Estadual de Desenvolvimento, fortalecendo a busca de atração dos chamados “grandes projetos”, como a fábrica da Aracruz Celulose.

No governo de Élcio Álvares (1975 – 1978) foi forte a influência da Federação das Indústrias na busca destes objetivos, ocupando com seus quadros vários postos importantes no governo, tais como BANDES, Secretaria de Indústria e Comércio SUPPIN, entre outros.

Neste contexto a FINDES vislumbra uma maior participação do capital capixaba nas oportunidades de desestatização das empresas públicas, visível no documento “Alguns Aspectos Estatizantes da Economia Capixaba”, de 1975, coincidentemente ano em que o governo estadual cria o “Grupo de Trabalho sobre a Desestatização”, que contou com a participação efetiva da FINDES.

Em 1977 assume a direção da FINDES Oswaldo Vieira Marques (até 1983) já neste contexto de busca de maior participação das empresas locais no processo de “desenvolvimento”,<sup>4</sup> a partir do questionamento da maior participação do capital internacional e da pouca participação dos ramos tradicionais da economia capixaba.

Esta postura se traduziu em questionamentos sobre a localização industrial da Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, Samarco Mineradora e Aracruz Celulose, por meio do discurso ambientalista e da exigência de uma política ambiental que fortalecesse os setores tradicionais (cana-de-açúcar, mineração, agroindústrias, construção civil, petróleo e turismo) buscado assim, uma maior participação das pequenas e médias empresas, base de sustentação da Federação das Indústrias, nos investimentos e incentivos fiscais.

Este é o momento vivido pelo último governo do período da ditadura, Eurico Rezende, que governa de 1979 a 1982. Resulta desta postura a criação, por este governo, da Comissão Estadual da Indústria da Construção – CEICO, e do Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial – CEDIC, e na participação direta de diversos quadros da federação das indústrias.

No Espírito Santo, ao final do processo descrito anteriormente, a crise do milagre econômico e a ampliação do questionamento político indicando o crepúsculo da ditadura associado à eclosão das vozes silenciadas e a crise mundial do capitalismo, fez com que, a partir da segunda metade da década de 1970, uma renovação dos discursos e práticas começasse a despontar.

A partir desta possibilidade, cada vez mais concreta, inicia-se um processo de desestatização das empresas públicas, momento em que a FINDES vislumbra uma maior participação do capital capixaba nas oportunidades que se abririam. A referida federação torna público esse interesse em 1975, através do documento **Alguns Aspectos Estatizantes da Economia Capixaba**. Coincidentemente logo após, o governo estadual criou um Grupo de Trabalho para estudar o processo de desestatização, o que contou com a participação ativa da FINDES.

---

<sup>3</sup> Coloco este termo “reflorestamento” em suspenso devido à sua constante mudança semântica e sua atual polêmica político-acadêmica em torno da “monocultura de árvores”.

<sup>4</sup> No mesmo sentido do termo “reflorestamento”, por enquanto manteremos o “desenvolvimento” como um termo em debate.

Um primeiro fato demarca a mudança da forma de mediação praticada pela elite local frente aos interesses do capital internacional e dos dirigentes nacionais. Em 1977 vem à tona a primeira tentativa do legislativo capixaba em proibir o plantio de eucalipto em terras propícias à mecanização agrícola. O governador Elcio Álvares (período da gestão) veta o projeto e em seu lugar promove isenção de tributos às transações de imóveis destinadas às atividades de reflorestamento como também o financiamento via FUNRES à Aracruz Celulose.

Neste contexto de busca de maior participação das empresas locais no *desenvolvimento*, em 1977, assume a direção da FINDES o Sr. Oswaldo Vieira Marques (até 1983) e, com ele, fortalece-se o discurso de questionamento do disparate entre a participação do capital internacional e a dos ramos tradicionais da economia capixaba.

A lógica política de mediação voluntariamente subalterna aos grandes projetos define a participação de seus quadros na direção nas grandes empresas que ainda eram de controle estatal. Dá-se assim, uma nova troca de função, em 1977, quando Arthur Carlos Gerhardt Santos assume a presidência de recém criada Companhia Siderúrgica de Tubarão, a CST.

Assim, as duas usinas de pelotização da CST na divisa dos municípios de Vitória e Serra, da CVRD em parceria com o capital japonês e italiano, conjuntamente com outra usina em Anchieta, esta com a participação do capital canadense, demarcaram no governo Elcio Álvares o fortalecimento da participação das poucas grandes empresas nos indicadores econômicos do estado.

Em 1979 entra no governo Eurico Vieira Rezende, com quem as questões centrais do debate governamental passam a ser o saneamento das contas públicas e a regionalização da ação integrada do governo.

Esta postura, que se traduziu em questionamentos sobre a localização industrial da CST, SAMARCO e ARACRUZ, em discurso ambientalista e de política ambiental que fortalecessem os setores tradicionais (cana-de-açúcar, mineração, agroindústrias, construção civil, petróleo e turismo), busca a maior participação das pequenas e médias empresas, base de sustentação da federação das indústrias nos investimentos e incentivos fiscais. A referida postura desdobra-se na criação, pelo governo de Eurico Rezende<sup>5</sup>, da CEICO - Comissão Estadual da Indústria da Construção e do CEDIC - Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial, e na participação direta de diversos quadros da federação das indústrias.

O fim da ditadura militar deu-se sob as influências da crise econômica e dos movimentos de recomposições políticas, e fecha-se o ciclo desenvolvimentista com a própria crise. Assim, os primeiros governadores eleitos após a ditadura, Gerson Camata e Max Mauro, buscam, em novos conceitos, outras formas de conviver com a estagnação econômica, com a crise do Estado, com o neoliberalismo, com a desvalorização cambial, com a Lei Kandir em 1986 e buscam apoio para a rearticulação do sistema GERES/BANDES.

Como saída a este contexto de crises os governantes, a partir do início da década de 1990, colocam em prática políticas para promover a abertura comercial com a ampliação dos benefícios fiscais e de financiamento de unidades de capital e, principalmente, as privatizações do capital estatal brasileiro, ao mesmo tempo em que praticava a ausência de políticas de desenvolvimento regional.

Desta forma, nos governos de Albuíno Azevedo (1991-94) e de Vitor Buaiz (1995-1998), os interesses do SINDIEX – *Sindicato das Empresas Importadores e Exportadores do ES* e, principalmente sua articulação, foram fundamentais para a inversão do discurso da valorização da vocação natural para atividades mercantis-portuárias. Assim, retiram-se recursos dos cofres públicos por meio de uma prática do Estado que promove a perda da arrecadação de ICMS pela renúncia fiscal. Neste contexto de guerra dos lugares, os conceitos mudam e, a *Integração Competitiva com Especialização*, passa a compor os discursos e documentos da política pública estadual.

---

<sup>5</sup> Eurico Rezende governa de 1979 a 1982, último governo estadual do período da ditadura militar.

Aos segmentos de mármore e granito, agroindústria e metalmecânica, que vinham crescendo com recursos do BNDES, FINEP, CNPq, GERES e BANDES, vão estabelecer novas formas de mediações, recolocando o Governo no campo dos grupos de interesse local. Nos anos 80 assistimos a migração dos *apelos industrializantes* para a defesa de uma suposta *vocação natural* da região capixaba para o comércio exterior e para o desenvolvimento do setor de serviço como um todo.

Entretanto, esta metamorfose dos conceitos não definiu a total transmutação na ideologia dominante, pois nos anos 90, dos problemas estruturais que impediam a qualificação das forças produtivas e a formação de um ambiente científico e tecnológico apropriado ao salto de qualidade exigida pelas relações concorrenciais, continuavam a atribuir que o principal problema estava na gestão familiar de pequenas unidades de capital e na desarticulação institucional interna que ainda persistiam na região.

Por vários elementos é possível perceber a manutenção de um domínio discursivo centrado no urbano-industrial, na crise e na erradicação dos cafezais, nas *especificidades* da modernização agrícola no estado a partir de alguns elementos históricos, tais como, na constituição da economia cafeeira *baseada na pequena propriedade*, nas *resistências* às tentativas de industrialização, na integração ao mercado nacional, na industrialização *modernização* agrícola e na necessidade da destruição da *base produtiva pretérita*.

Grande parte dos estudos sobre este processo realimenta as teses do *vazio demográfico*, da grande *disponibilidade de terras virgens* e do *isolamento*, das crises da agricultura de pequena escala, da economia de *subsistência* e de *baixa produtividade* e conseguem encontrar o “efeito benéfico” deste processo.

Mas apesar das diversas tentativas de desterritorialização camponesa, esta população continuou fortemente presente no território capixaba, como também os discursos do atraso e do desenvolvimento continuaram presentes.

Assim, apesar das crises vivenciadas pela atividade econômica cafeeira, esta ainda se apresenta como uma importante opção agrícola capaz de gerar postos de trabalho e renda para uma parcela expressiva da população do campo, constituindo-se ainda, portanto, na “espinha dorsal” da agricultura estadual. Mesmo assim, diversas propostas de sua transformação tinham lugar nas pautas técnicas e políticas, pensadas em termos, tais como, a “Diversificação com café”. Não despontando nenhum outro produto com a capacidade de substituir o café enquanto produto básico para a sustentação da economia agrícola capixaba, buscou-se promover as transformações estruturais na produção e na reorganização do processo de planejamento e acompanhamento da cafeicultura no Espírito Santo. Consideremos aqui, especialmente, o significativo número de pequenos produtores que, historicamente, sustentou econômica e socialmente a população capixaba.

A estratégia de diversificação com o café advogou que o crescimento dessa produção no Espírito Santo, ao mesmo tempo em que não advogou o aumento da área plantada com esse produto, podendo redundar até mesmo na redução da mesma. Aumentar a produção por hectare através da reforma dos cafezais existentes, utilizando de matrizes genéticas mais produtivas, tratamentos culturais que melhor combinem os vetores custos de produção/produtividade, técnicas de manejo dos solos que permitam sua recuperação e a utilização racional deste recurso natural.

Verifiquemos, pois, que o duplo sentido da lógica desenvolvimentista continua presente, primeiro quando desconsidera as estratégias camponesas e, segundo, porque apresenta um “pacote” de inovações como solução dos problemas, os quais inclusive foram identificados a partir de um padrão “científico” modernizante.

Por traz de tais estudos está embutida a inserção subalternizada dos agricultores às grandes empresas, pois a diversificação proposta não advoga a diversificação ao nível das propriedades, o que representa, por um lado, a mera substituição de uma monocultura por outra, ampliando os impactos das crises de mercado, buscando a integração “base agrícola x empresas” que deve se dar a partir da atração de empreendimentos novos pelo “escritório de produção” e pelo estímulo à terceirização (sub-contratação) por empresas pré-existentes. Propõem, assim, tais estudos, ações integradoras subordinando o interior à capital e esta ao exterior, formando corredores logísticos.

Diversas e contraditórias iniciativas (como a lei que reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos, em atendimento ao artigo 68 da Constituição Federal, no governo Vitor Buaiz; o decreto governamental que expande as áreas de plantio do eucalipto e com o ato da Assembleia Legislativa que derruba o decreto do governo, no início do governo de José Ignácio de Oliveira; a aprovação em 2001 da Lei número 6.557 que dispõe sobre as terras de domínio do Estado e sua atuação no processo de discriminação e regularização fundiária, 2001; a aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei número 6.780 proibindo, por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto com fins de produção de celulose no Estado do Espírito Santo até que se realizasse um mapeamento agroecológico e o licenciamento ambiental para o plantio de eucalipto; e por fim a Assembleia Legislativa aprova a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - para apurar a situação da monocultura do eucalipto no estado) vão aprofundar a crise da relação entre o Estado e as empresas na qual a forma de mediação tradicionalmente instituída a partir da ditadura militar dá seus últimos sinais de existência. Assim, a democracia, introduzindo novos sujeitos na cena política, a privatização das grandes empresas, rompendo os laços administrativos entre elas e a elite política local e mais a crise institucional do próprio Estado, questionando a legitimidade de ação pública a partir da matriz neoliberalista, vão forçar uma mudança da ação e do discurso do setor privado, à medida que aquelas formas tradicionais de relação já não eram suficientes para garantir, perante a sociedade local e internacional, a sustentabilidade que antes era garantida pela força do próprio Estado.

A partir de 2003 começam a transparecer novas iniciativas que demarcam a transformação política de uma nova forma de articulação entre interesses privados e interesses políticos, evitando, assim, novas hostilidades da classe política aos investimentos estrangeiros.

O PEDEAG – Plano Estratégico da Agricultura Capixaba, construído no início do primeiro governo de Paulo Hartung (2003-2006) e que foi ampliado para 2007- 2010, atribui o papel de pensar a agricultura capixaba a partir do cenário internacional e do processo de globalização.

Assim, fica patente a ordem de justificação a partir da globalização, pois segundo o Plano, esta se expressaria, além do “aumento dos fluxos do comércio”, numa “reestruturação das atividades econômicas” em escala mundial, com forte “*imposição*” dos países desenvolvidos na busca de posições mais favoráveis. O imperativo da *globalização* substitui, assim, o imperativo da *vocação natural* do período imediatamente precedente.

O processo de construção do PEDEAG foi um ritual de articulação política e busca de apoios. Neste documento, portanto, vão aparecer os elementos desta articulação e torna público o avanço discursivo do *agronegócio* como articulação de interesses e elaboração teórica. E neste terreno discursivo verificamos a tendência de inclusão de toda a agricultura no âmbito do *agronegócio*, pois, segundo o texto, a agricultura empresarial era a principal responsável pela geração de divisas além de âncora verde do Plano Real, a partir dos últimos anos, com taxa de câmbio mais favorável, vem contribuindo para gerar superávits nas contas externas.

Ao não apresentar a relação desigual entre o número de estabelecimentos e o domínio efetivo e correlativo entre número e área, o documento apresenta seus objetivos maiores ao longo do texto. Um destes objetivos parte da suposta existência de aproximadamente 600.000 hectares de terras degradadas que, segundo o texto, tal *fato* poderia ser considerado como um forte limitador da expansão de culturas existentes, inclusive para a diversificação dessas culturas. Esta noção de “terra degradada” será a chave discursiva tanto para o silêncio acerca das *terras improdutivas* ou *devolutas*, quanto para a introdução da necessidade de atividades que “recuperariam” tais áreas.

Além destas *terras degradadas*, outros fatores limitativos à inclusão às cadeias produtivas e à globalização são apresentados, principalmente aqueles relacionados ao capital humano e social. Estes fatores limitantes não foram identificados em todos os estratos e regiões, mas somente “onde o nível de organização das pequenas comunidades apresentava-se ainda precário”. Estas comunidades poderiam, segundo o texto, “funcionar como fa-

tor limitador no processo de desenvolvimento.”

Os “fatores facilitadores para o desenvolvimento”, segundo o PEDEAG, se localizariam em outros aspectos, ou seja, na sua localização privilegiada e estratégica que lhe garantisse certas vantagens no acesso aos mercados. As principais referências quanto ao nível de *excelência* foram encontradas em alguns estratos do agronegócio capixaba, ou seja, naqueles que se projetam nos mercados nacional e internacional e, portanto, poderiam ser utilizadas como fator facilitador de acesso a mercados e tecnologias: o mamão, o café, o coco e o eucalipto. Desta forma se elaborou a tese básica de orientação das ações do governo do estado a partir de 2003. Entre as metas apresentadas encontramos a intenção de promover 4.000 assentamentos com crédito fundiário, ampliar significativamente a exportação, aumentar a produtividade e ampliar diversas áreas de plantio, tais como, em 47% a área estadual com fruticultura, em 133% a produção de álcool, ampliar a área de monoculturas de árvores florestal para 290,9 mil hectares, ampliar a produção da pecuária (63% do leite e em 100% a produção anual de carne bovina) e ampliar as ações em agroturismo, artesanato e agroindústria artesanal, entre outras metas.

A legitimidade conceitual seria dada, portanto, a partir da articulação entre a competitividade e a existência de áreas degradadas. Ou seja, diante da existência de 600 mil hectares de terras degradadas e dos gargalos representados pela agricultura familiar, os setores de excelência que conseguem comercializar no mercado internacional seriam impulsionados a ocupar estas áreas. É importante ressaltar que estes setores, ou seja, a pecuária, a fruticultura, a cana-de-açúcar, o café e o eucalipto já representavam tendências à concentração fundiária e à monocultura naquele momento.

O PEDEAG foi, portanto, um marco do surgimento de novos elementos discursivos apoiados e legitimados em textos programáticos do governo estadual.

Outro elemento importante que começa a se tornar visível nos textos e nas ações foi uma nova forma de articulação entre os diversos setores econômicos e políticos atuantes no estado. Esta nova forma de articulação se fortalece a partir da crise institucional dos governos anteriores, na qual as empresas se viram reféns de formas de mediação que não eram vantajosas para as mesmas, pois os questionamentos às suas práticas econômicas, sociais e ambientais começavam a ganhar repercussão internacional.

Esta nova articulação se torna textual em 2006, quando a organização não governamental *Espírito Santo em Ação* elabora o *Plano de Desenvolvimento: Espírito Santo 2025*, e principalmente quando o governo do estado do Espírito Santo assume como o Plano do Governo (Paulo Hartung).

A organização “Espírito Santo em Ação”, criada num contexto de crise do pacto anteriormente forjado, reúne representantes de várias empresas, tais como, a Aracruz Celulose, Águia Branca, CST, Grupo Tristão, CVRD, Samarco, Suzano, Fibrosa, Petrobras, Escelsa, Banco do Brasil, Calimam, Frisa, Nebrax, Itapemirim, Suco Mais, A Futura, A Gazeta, Gaya e Elkem. Além dessas empresas, fazem parte da organização personalidades como Arthur Carlos Gerhardt Santos e líderes da FINDES, do Exército e professores da Universidade Federal do Espírito Santo. A entidade se propõe ser a catalizadora dos interesses originários dos setores empresariais. Uma de suas ações no ano de 2006 foi a publicação de manifestos contra as ações indígenas no norte do estado e a nota de repúdio “*aos atos de violência cometidos por índios e não índios (integrantes do MST, CIMI, Rede Alerta Contra o Deserto Verde e outros) contra a Aracruz e a ordem pública*”.

O projeto ES-2025 aponta para o “novo ciclo de desenvolvimento” do estado, baseado na “*integração competitiva, em nível nacional e internacional, de uma economia capixaba diversificada e de maior valor agregado, sustentada pelo capital humano, social e institucional de alta qualidade*” (palavras do governador Paulo Hartung no documento síntese do plano).

Um dos eixos do documento estabelece “bases sólidas para a construção do futuro” do Espírito Santo após a superação da crise sendo “em sua essência um plano estratégico de desenvolvimento”, que consolida “grandes escolhas” que orientarão o futuro. Uma grande pergunta se coloca: *onde queremos chegar?*

O Plano ES-2025 parte de uma análise retrospectiva focada no fato de que “*desde*

*meados do século XIX até a década de 1950, os ciclos econômicos no Estado do Espírito Santo estavam intimamente ligados à atividade cafeeira*". Apesar das crises e da redução da renda, "o modelo de produção em pequenas propriedades familiares dificultava a substituição da cultura, em razão do caráter de subsistência de parte delas".

De meados dos anos de 1960 até a metade dos anos de 1980, a economia capixaba, segundo o Plano ES 2025 teria sido marcada por "forte impacto sobre o grau de diversificação de sua base produtiva" passando de uma economia predominantemente agro-exportadora, centrada na produção cafeeira em pequena escala, para uma especialização secundário-exportadora centrada em *commodities* industriais de produção em larga escala. A partir de 1975, a expansão industrial teria sido mais significativa quando fomentada pelo grande capital estatal e estrangeiro.

Até os anos de 1960, segundo o Plano ES2025 o grupo hegemônico estaria relacionado essencialmente ao espaço agrário, centrado nos "interesses particulares da classe política dominante". Com o segundo ciclo de industrialização baseado nos grandes projetos, diante de uma "nova política institucional" externa, o impulso econômico ocasionado e a forte união entre a União e as lideranças políticas urbanas emergentes "resultou numa forte reconfiguração político-institucional" no ES. Mas, na década de 1990, o ES teria passado por uma "forte crise ética e moral". Após enfrentar esta crise, aliado à forte conjuntura de crescimento econômico, o ES vive um momento de euforia pelas suas potencialidades: base logística de alta capacidade, segmentos econômicos de competitividade (mineração, siderurgia, celulose, petróleo, agricultura em diversificação e arranjos produtivos locais), abundância de recursos minerais, ativos ambientais de alto valor, estrutura fundiária equilibrada ("milhares de pequenas propriedades produtivas"), janela democrática favorável, diversidade étnica e cultural e posição geográfica favorável em face da dinâmica da globalização.

Apesar de lembrarem com euforia de *milhares de pequenas propriedades produtivas* e da diversidade étnica e cultural, dentre os fatores do contexto capixaba que mais influenciarão o futuro do Espírito Santo, estes desaparecem como sujeitos, incorporados e contidos no interior de alguns elementos, como nos arranjos produtivos locais, na consciência ambiental, nos níveis de pobreza, nos fluxos migratórios e nos gargalos no sistema logístico. No entanto, a principal estratégia do documento é a "importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico" e a demanda de mão-de-obra qualificada.

Assim, no novo ciclo de desenvolvimento figurariam como pilares centrais a integração competitiva da economia capixaba ao mundo, o desenvolvimento do capital humano, a eficiência do setor público e o dinamismo e inovação empresarial.

Neste contexto são demarcados os poderios político e econômico das grandes empresas no Espírito Santo. Em 2006, das 200 maiores empresas do Espírito Santo, as 10 maiores empresas privadas (CST, CVRD, ARACRUZ, SAMARCO, COTIA, ESCELSA, COIMEX, HERINGER, NIBRASCO E GAROTO) somavam a receita anual de 60 bilhões de reais. Das 200 maiores empresas, 145 estavam na grande Vitória gerando 40.000 empregos. A Aracruz com 3,7 bilhões de reais de receita gerava 2.249 empregos diretos, ou seja, quase dois milhões de reais por emprego. A receita destas 200 empresas gerada no estado era de 49 bilhões de reais, com lucro de 23 bilhões de reais. As exportações somaram 6 bilhões de reais, sendo que destes 45% era do setor de minérios, 25% do aço, 11% da celulose, 10% mármore e granito e 4% do café. Os EUA ficaram na preferência com 23,8%, a China com 9%, 2%, a Coreia do Sul 8,1%, a Holanda 5,8%, a Argentina 4,8% e o Japão 3,9%.

Em termos de arrecadação de impostos o cálculo muda. A Aracruz, por exemplo, ficou com o 83º lugar na classificação geral em 2005, gerando 6,3 milhões de reais em impostos. No mesmo ano gastou 174,6 milhões para comprar terras para plantio de eucaliptos. Apenas como parâmetro de comparação, a Aracruz Celulose contribuiu com financiamentos de campanha eleitoral em 2006 com o total de 4.952.389,0 reais.

### 3- CONCLUSÕES

Estes foram os agentes da implantação da doutrina desenvolvimentista no E.S e da tentativa de desterritorialização camponesa, indígena e quilombola de seus territórios. Para

Milton Santos 1996 o território devia ser considerado como um conjunto com suas divisões, heranças e conteúdos diversos, pois é desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é intermitente, onde fusões e tensões são registros antigos. E recomposições e capturas, pois, como lembra Guatarri (2000), se as desterritorializações provocam linhas de fuga, o território guarda o sentido da apropriação, da subjetivação fechada sobre si mesmo.

Este processo pós-ditadura deixa suas marcas nas territorialidades agrárias no ES. A territorialidade, com a sua múltipla semantização do espaço, lugar, paisagem e região, além das suas dimensões concreta e subjetiva, experiencia outro contraponto, o do movimento, da mobilidade, dos fluxos e das redes. Aos elementos básicos do território (pontos, linhas e área), a mundialização das cidades e das redes acrescenta as questões das escalas e das territorialidades. Atribui, portanto, outras qualidades de ser território, identidade, subjetividade, apropriação, domínio, densidade e fluidez.

Outra incerteza é quanto à capacidade de regulação do Estado, pois não são todos que vivem na mesma dinâmica e na mesma velocidade. Milton Santos procurava reconhecer a realidade dos territórios tal como é utilizado pela população como um todo. Argumentava que estes usos são múltiplos e por diferentes velocidades e diversas técnicas, colocando em debate a tese da unanimidade da velocidade como único caminho. (SANTOS, 1996, p.166)

Estes elementos colocam a necessidade da reflexão sobre o conhecimento possível diante das incertezas. Walter D. Mignolo (2003) encontra no potencial epistemológico do pensamento liminar a possibilidade de superar a limitação do pensamento territorial, da epistemologia monolítica da realidade.

O pensamento objetivista espacial, ao pensar as fronteiras, recairia em estudos sobre áreas. Para escapar disto o primeiro parâmetro, apresentado por Mignolo (2003) é o olhar a partir de outro locus de enunciação, não como novos lugares ontológicos, mas principalmente como irreduzíveis *diferenças epistemológicas*. Menos como fundação e mais como passagens e travessias, não como área a ser estudada e mais como um pensamento que se mova ao longo da diversidade, atento a ouvir, atento à exterioridade, que possibilite refletir para além da ontologização de uma área a ser estudada e caminhar para uma reflexão sobre a historicidade das diferenças. Mais que uma nova localização, é a *desconstrução* que se coloca em primeiro plano, um pensamento que se mova entre ambas as críticas: a crítica dos discursos imperiais e a crítica dos discursos das identidades. (Mignolo, 2003)

Diante do exposto, é possível observar que se trata do *locus dicotômico de enunciação*, pois populações que foram *desterritorializadas – reterritorializadas* de formas e em momentos diferentes ao longo destes quinhentos e poucos anos de dominação colonial – moderno – desenvolvimentista, conviveram e resistiram aos vários processos subjulgadores. Desta forma, não buscaremos aqui nem a constatação ufanista do *desenvolvimentismo*, pois consideramos que este mais esconde que mostra, nem tampouco a busca das identidades essenciais das “minorias”. Partimos do entendimento inicial de que a prática e o discurso desenvolvimentista visavam (e visam) a desterritorialização do campesinato capixaba como forma de liberar mão-de-obra para a indústria, liberar terras para os novos empreendimentos empresariais e estatais e ampliar a base de mercado dos insumos químicos e industriais.

O Espírito Santo foi “localizado” como periferia da periferia do centro de um país periférico e o pacote modernizante foi imposto como solução. O caráter agrário e pequeno minifundista familiar do estado eram as características responsáveis pelo “atraso” e a industrialização e a urbanização eram o caminho óbvio. A tecnocracia formada na articulação entre órgãos governamentais, gerência das grandes empresas e universidade criavam a legitimação e fundamentação destas práticas e que foram também muito práticas.

A desconstrução de conceitos não pode ser entendida somente como desmerecimento ou abandono, mas, sobretudo como uma forma de realizá-los, levando ao extremo sua compreensão, assim: o conceito de *produção* nos leva ao de *reprodução*, como ultrapassagem das dicotomias para abarcar o espaço todo; o conceito de *rede*, pelos novos processos de territorialização e desterritorialização, leva ao *espaço rizomático* para dentro e para além

do próprio espaço. A multiescalaridade, a complexidade e a conectabilidade das redes e das escalas como conteúdo do atual momento vai para além das fronteiras político-administrativo estatal, colocando a questão da continuidade e da descontinuidade.

As *hierarquias* complexas dos espaços e dos conceitos também são repensadas, num processo contínuo de produção e definição que inclui o global, o local e a escala humana: o espaço todo. A realidade apresenta a complexidade, conjunto complexo de sujeitos que atuam em diversas escalas, construindo e reconstruindo recortes políticos conceituais e revendo paradigmas.

As resistências e a complexidade sobressaltam as temporalidades diversas das *rugosidades*. A noção de *rugosidade* desenvolvida por Milton Santos ao longo de vários momentos de sua obra possui relação com a capacidade organizacional dos lugares e das populações de se apresentarem efetivamente enquanto territórios.

Buscamos, aqui, a partir da desconstrução dos sujeitos do desenvolvimento, demonstrar que os atos, os discursos, os documentos e os planos guardavam por trás das ideias uma intencionalidade.

Diante da força hegemônica do pensamento neoliberal e sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada, cabe localizar esta força nas condições histórico-culturais específicas.

A eficácia hegemônica se assenta na presunção de naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana. Mas a primeira observação a ser feita é que se trata de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos.

Cabe a busca de alternativas, a desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal e o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social. Esta busca de alternativas é correlata ao esforço que, em várias partes do mundo, vem sendo feito de forma plural e de muitas dimensões e vertentes.

Desta forma torna-se necessário um exercício de retomada destas ideias fortes do desenvolvimentismo e confrontá-las com os elementos históricos e os indicadores agrícolas, possibilitando a desconstrução destas ideias, buscando, ao final, indicar outras possibilidades de entendimento de nosso passado, presente e futuro.

Vimos que um dos principais pilares da ideologia desenvolvimentista no ES se referia à construção da ideia de que a produção do espaço capixaba se deu num processo de preenchimento de um espaço vazio, primeiramente pela colonização e posteriormente pela modernização.

Analizamos a partir dos elementos históricos que esta tese do *vazio* não encontra sustentação e a partir destes elementos nos possibilitam confrontar esta tese.

Partimos da análise da formação territorial, que aplicada à colonização, propôs seu entendimento como uma relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre esta expansão, a colônia, e os processos de internalização do agente externo através da conquista. Esta conquista territorial incluía incursões múltiplas de interiorização com suas entradas, bandeiras, mineração e pecuária.

Assim colocamos, inicialmente, alguns termos norteadores de nossa análise: *território* e *domínio*. Assim, em se tratando de *domínio* e *conquista*, já indica uma perspectiva de que estas ações visavam à destituição de outros dominantes do território. Isso pode parecer óbvio, mas perante a tese do *vazio* não o é. Mas um território pleno de conflitos.

A reflexão sobre os conflitos nos conduz à reflexão sobre as ações. Milton Santos (1996) nos pergunta: o que é uma ação, um ato ou uma atuação? As ações dizem respeito a um comportamento orientado a um fim, processo dotado de propósito, subordinado às normas, regulações, rotinas, de longo ou curto prazo, de origem distante, projeto, alienação, conjunto e etapas cada vez mais estranhos aos fins próprios do homem e do lugar.

Existem os atores que decidem e os outros. No entanto, é sempre por sua corporeidade que os homens participam do processo de ação, mas seu governo, o do próprio corpo, é limitado. As escolhas se dão pela consciência, razão, técnica, ou seja, instrumental, mas

também por valores, tradição e afetividade, comunicacional, simbólica e ritualizada.

As ações são, em suma, de três ordens: técnica, normativa e simbólica. As ações se geografizam, mas não de modo indiferente ao valor dos lugares onde estas se realizam.

Neste aparente impasse revela-se a intencionalidade, pois permite outras leituras críticas da relação indissociável entre sistemas de objetos e ações. A intencionalidade está presente na produção do conhecimento e das coisas.

O espaço geográfico é oferta de caminhos, é conduta e ação, como também o direcionamento desta conduta e desta ação. Sem perder a cota do imponderável, rompendo a unicidade, entortando a flecha do tempo, feixes de vetores ganham autonomia, se integram ao meio, gerando eventos múltiplos e lugares de encontro.

No decorrer da análise do autor, a noção de evento, que a princípio representava uma complexidade de significados, acontecer solidário, coexistência e trama, se reduz (Santos, 1996). Partindo do pressuposto de que não haveria evento sem atores, este torna-se sinônimo de ação. A teoria do evento torna-se teoria da ação e esta passa a figurar como centro de sua teoria geográfica. Assim legitima-se a classificação, a tipologia, a categorização, o ordenamento, a identificação, a finitude e as separações. E somente aí aparecem os conflitos enquanto eventos históricos, localizáveis. Sua duração é sua eficácia mediante recurso organizacional, com sua área de ocorrência, onde seu impacto determina a escala e sua geograficidade.

Vimos que, no processo de sua institucionalização, o pensamento e a prática do desenvolvimento no ES carregavam uma série de paradoxos centrados principalmente nas seguintes tentativas: de imposição da industrialização sobre uma base territorial rural; de imposição do latifúndio sobre uma base de pequena agricultura familiar e comunitária; de imposição da monocultura sobre uma diversidade de práticas e cultivos fundados na manutenção integral da família e da comunidade; de imposição de uma racionalidade única e instrumental sobre uma base de enorme diversidade étnica, social e ecológica de saberes agrários ainda presentes no território capixaba devido às resistências, insurgências e domesticações, formando territorialidades e laços múltiplos.

Foi fundamental no aprofundamento destes paradoxos a instalação da ditadura militar a partir de 1964 e a articulação propiciada entre o Estado, o capital nacional e o capital internacional.

No caso estudado, o do Espírito Santo, representado pelas articulações entre o grupo político local aliado à ditadura e seus cargos de direção impostos, a elite econômica local, articulada a partir das federações do comércio e das indústrias e entre e os chamados grandes projetos, com a participação dos capitais estrangeiros que tiveram, tanto para o poder econômico como para o poder político locais, também um caráter de imposição.

Desta forma, ao longo do período ditatorial, várias políticas foram implementadas procurando liberar terras e mão-de-obra para os projetos desenvolvimentistas justificados por estudos e planos que, por meio de uma linguagem técnica, envernizavam as práticas violentas de expulsão dos indígenas, quilombolas e posseiros de suas terras.

Na lógica camponesa, o *sistema* (terra, ferramentas, material vegetal, insumos diversos, força de trabalho, etc.) não constitui uma finalidade em si, mas está fortemente articulado ao conjunto da vida. A lógica da produção não tem por finalidade a acumulação de riquezas, mas a garantia de produção é necessária à unidade camponesa. Uma dimensão fundamental da sua sobrevivência é a solidariedade, que garante coesão social em caso de dificuldades. A lógica da reprodução camponesa não pressiona necessariamente o agricultor a maximizar sua produção e sua renda, mas procura, principalmente, aperfeiçoar a utilização de sua força de trabalho.

A cultura de autonomia desenvolvida na memória coletiva das coletividades rurais entra em conflito com a obsessão manifestada pelas lógicas modernizadoras do Estado e das empresas, no cenário de integração/marginalização, qual seja, a do alinhamento rural na lógica da produção industrial que permite aumentar o excedente mobilizável.

Na encruzilhada entre a própria lógica que os ensina a reproduzir-se, mesmo com níveis de vida restritos e uma lógica desenvolvimentista que os convida a produzir mais, mesmo essa produção se efetivando a um custo social exorbitante, a reprodução camponesa

se faz como resistência.

A lógica camponesa pressupõe a existência de um universo rico em particularidades, espaço rico e diverso, espaço produtor de culturas, espaço emancipatório e território fecundo construído na solidariedade.

Este espaço é o *campo*, conceito que pode ser mais bem açambarcado se associado ao de *território* como *lugar* marcado pelo humano. O *campo* são lugares simbólicos permeados pela diversidade cultural e étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes.

Estes saberes são organizados a partir de lógicas diferentes, de lutas e de mobilização social, de estratégias de sobrevivência. Estes saberes incluem conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modos de ser, de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida. O *campo* expressa um conjunto de possibilidades de ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social. O conceito *camponês* por sua vez se torna polissêmico.

Neste caminho de reflexão sobressai a ressalva de Porto-Gonçalves (2001) quando ele diz que os paradigmas são instituídos por sujeitos sociais, histórica e geograficamente situados e, deste modo, a crise desse paradigma é, também, a crise da sociedade e dos sujeitos que o instituíram. Assim sendo, não nos surpreendamos quando vemos emergir novos paradigmas e junto a eles novos sujeitos que reivindicam um *lugar* no mundo. Estes pensamentos colocam em questão as relações que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder, mas que nem por isso se anularam. O termo que o referido pensador nos oferece é mais do que resistir, é *R-Existir* (PORTO-GONÇALVES, 2001), pois fala de sujeitos que se reinventaram na sua diferença.

A partir da crise na mediação capital/Estado, vivenciada pelo pacto iniciado na década de 1960, que derivou no final da década de 1990 e nos anos iniciais da década atual na necessidade de novas formas de mediação entre o capital e a sociedade, novos padrões de conflitividade se tornam visíveis. Desta forma, a luta das famílias indígenas, a luta das famílias quilombolas e a lutas das famílias camponesas com e sem terra contra o capital demarca o novo padrão de conflitividade, no qual o papel do Estado enquanto mediador é reconsiderado. Colocou-se em marcha outro processo de reprodução da vida na qual as periferias não existiam enquanto tais e não tinham na negação o peso das suas falas.

A re-conceituação era uma constante nesta situação de transição paradigmática, onde na qual não somente a ciência passa a ser questionada na sua legitimidade e no seu monopólio de nomeação das coisas como também era questionada a setorização da política e dos sujeitos da política. Como os conceitos passam a ser objetos de disputa e conflitos nos cenários oficializados, nos espaços públicos do debate, também a ciência passa a ser sujeito político ao propor novas conceituações e ao superar teoricamente suas fronteiras, contribuindo para que os sujeitos políticos tradicionais superem suas próprias fronteiras. Desta forma ciência e política passam a se reconhecerem mutuamente como sujeito e objeto.

A partir daquele momento viveu-se no estado uma ascendência das lutas pela reforma agrária com a ampliação das ações, o trabalho com as crianças, da educação, das mulheres, da via Campesina, articulações com indígenas Tupiniquim e Guarani, comunidades Quilombolas, Camponeses, Universitários e movimentos populares da cidade.

Assim afirmam a questão do habitat tão importante para o pensamento crítico sobre a sociedade atual e resgata elementos da reflexão sobre a relação homem e natureza. Para além da imagem de atraso e incapacidade, o que demonstram as organizações camponesas é o descontentamento diante das matrizes desenvolvimentistas. As resistências elencadas por vários documentos governamentais e empresariais, menos que partindo de um tal subdesenvolvimento, partem da utopia da construção de um outro mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASPLAN. **Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo. Vol.2 Plano de diversificação e desenvolvimento agrícola.**, Governo Christiano Dias Lopes Filho, 1968.
- BECKER, Berta K. **O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação.**Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Livre Docência – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1969.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação Econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização.** Vitória: Ed. Cátedra, 1987.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória.** Vitória: Florecultura, 2002.
- CICCARONE, Celeste. **Drama e Sensibilidade: Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani.** São Paulo: PUC, Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, 2001.
- ECOTEC. **Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo. Vol. III Potencial Florestal e Silvicultura.** Governo Christiano Dias Lopes Filho, ES, 1967.
- ESCOBAR, Arturo. **La Invencion del Tercer Mundo.** Bogotá: Ed. Norma, 1996.
- ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento- Espírito Santo 2025** – Vitória, Governo do Espírito Santo e Espírito Santo em Ação, agosto de 2006.
- FELISBERTO, Cláudia Rosana M.. **Políticas de Desenvolvimento Local no Espírito Santo: uma análise dos incentivos fiscais e financeiros.** Espírito Santo: UFES, Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.
- GOMES, Helder. **Potencial e Limites às Políticas Regionais de Desenvolvimento no Estado do Espírito Santo: o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses.** Vitória: UFES, Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.
- .LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MORANDI, Ângela Maria; ROCHA, Haroldo Corrêa. **Antecedentes e Evolução recente da Economia Capixaba.** Vitória: Departamento de Economia, UFES, 1986.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad.** México, D.F: Siglo XXI, 2001. v. 1.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . **Amazônia, Amazônia.** São Paulo: Contexto, 2001. v.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Ed. Hucitec , 1996.
- SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo. Estado, Interesses e Poder.** Vitória: FCAA, Dissertação de Mestrado- Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. **A Modernização Violenta: Principais Transformações na Agropecuária Capixaba.** Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- ZEA, Leopoldo. **Discurso desde la Marginación y la Barbárie.** Barcelona: Editora Anthropos, 1988.

